



ALISIOS
ACADEMIC LINKS
AND STRATEGIES
FOR THE
INTERNATIONALISATION
OF THE
HE SECTOR

QUALIDADE DA MOBILIDADE NA EUROPA E NO BRASIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS

SETEMBRO DE 2015

Projeto ALISIOS: Documento de Trabalho N.º 3

CARLA SALVATERRA
GIOVANNA FILIPPINI

PATRICIA SPADARO
RENÉE ZICMAN



Erasmus
Mundus

Com o apoio do programa *Erasmus Mundus*
da União Europeia.

Projeto financiado com o apoio da Comissão Europeia. A informação contida nesta publicação vincula exclusivamente o autor, não sendo a Comissão responsável pela utilização que dela possa ser feita.



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Índice

Introdução	4
Programas de mobilidade europeus	5
O programa Erasmus como um “modelo”?	5
A transformação do programa Erasmus: novas formas de gestão	7
A transformação do programa Erasmus: a mudança global	8
Programas de mobilidade brasileiros	10
Programa institucionais próprios e áreas de estudo	10
Ciência sem Fronteiras	12
A inclusão e o programa Ciência sem Fronteiras	14
Ciência sem Fronteiras 2.0	14
Quadros de referência para a qualidade da mobilidade	15
Principais questões relacionadas com a qualidade da mobilidade	15
Qualidade da mobilidade no contexto europeu	16
Qualidade da mobilidade no contexto brasileiro	20
Mobilidade e reconhecimento de estudos	22
A perspectiva europeia.....	22
A perspectiva brasileira	25
Agentes e ferramentas	29
Ferramentas de qualidade e monitoramento: a experiência europeia	29
A qualidade do apoio à mobilidade: a experiência brasileira	31

Introdução



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Este é o terceiro documento de trabalho do projeto ALISIOS. Adoptando uma abordagem mais prática, ele vem complementar os dois documentos de trabalho anteriores (o primeiro centrado no ensino superior e pesquisa na UE e no Brasil: enquadramento, políticas e estruturas¹ e o segundo nas estratégias de internacionalização na Europa e no Brasil e o impacto do programa Ciência sem Fronteiras²). Neste terceiro documento é feita uma revisão das políticas, das ferramentas e das boas práticas para uma mobilidade académica com qualidade, incluindo a identificação de obstáculos e sugestões para ultrapassá-los. Partindo das experiências europeias e brasileiras nesse âmbito são também identificados conceitos, práticas, instrumentos e procedimentos utilizados nos dois contextos, onde podemos encontrar características específicas mas também semelhanças e a possibilidade de construção de bases comuns de entendimento e de colaboração.

Como o projeto ALISIOS visa promover uma melhor compreensão acerca do Espaço Europeu de Ensino Superior e Pesquisa e dos sistemas de Ensino Superior e Pesquisa no Brasil, este documento começa pela análise das experiências passadas e presentes relacionadas com os programas de mobilidade académica, na Europa e no Brasil, dando particular atenção às formas de melhorar a qualidade e a estrutura dos programas de mobilidade e a definição dos resultados de aprendizagem que lhes estão subjacentes.

Especial enfoque será dado ao tema do reconhecimento de períodos de estudo e de diplomas, que deve ser entendido como um elemento central numa mobilidade de qualidade e como fundamental no desenho, desenvolvimento e implementação de programas de estudo conjuntos entre a Europa e o Brasil. Esta parte do documento utiliza os contributos das apresentações e dos debates do 3.º Workshop do projeto ALISIOS, que teve lugar em Cuiabá, durante a Conferência Internacional da FAUBAI em abril de 2015³.

A última parte do documento centrar-se-á no papel desempenhado pelos diferentes agentes na eliminação dos obstáculos que se colocam à mobilidade académica. Por fim, será feita uma breve resenha dos instrumentos que podem ajudar a melhorar a qualidade e a medir e monitorizar a mobilidade de estudantes, investigadores, pessoal docente e técnicos, que é a base da internacionalização e do desenvolvimento de parcerias académicas inovadoras. Estas parcerias permitem que os parceiros beneficiem de conhecimentos e recursos complementares, bem como de novas formas de abordar o ensino e a pesquisa.

¹ http://alisios-project.eu/files/pdf/ALISIOS-Short-Paper1_web.pdf

² <http://alisios-project.eu/files/pdf/ALISIOS-Short-Paper2.pdf>

³ <http://alisios-project.eu/outputs/ws3>



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Qualidade da mobilidade – considerações prévias

Quando falamos da qualidade da mobilidade, em primeiro lugar, precisamos de contextualizar a nossa reflexão em relação às condições em que a mobilidade tem lugar e ao papel que ela desempenha de acordo com os diferentes contextos em que se enquadra (a instituição, o sistema de educação, o contexto nacional, regional e internacional). A qualidade pode ser definida como “fitness for purpose” (adequação à finalidade) ou “fitness of purpose” (adequação da finalidade)⁴. Isto significa que temos que ter sempre em consideração que a mobilidade pode ser uma finalidade em si mesma, e nesse sentido temos que garantir que a mobilidade dos participantes, tanto dos jovens como dos adultos, é uma experiência positiva, mas que também poder ser uma ferramenta para atingir outras finalidades ou objetivos maiores, se quisermos, como por exemplo: melhor aprendizagem, aquisição de competências interculturais, desenvolvimento de ambientes internacionais de ensino, aprimoramento da cooperação ao nível do ensino e da pesquisa, estabelecimento de ligações entre as universidades e as empresas, aumento da competitividade, da integração social e regional. Se queremos alcançar este segundo objetivo temos que garantir que as condições estruturais são adequadas e suportam um conjunto mais alargado de objetivos.

Assim, na secção seguinte, propomos explicar melhor algumas das características dos programas de mobilidade que podem funcionar como modelos em diferentes contextos e assim contribuir para o estabelecimento de padrões de qualidade. Não podemos simplesmente transferir modelos e padrões da Europa para o Brasil e vice-versa, especialmente porque alguns dos objetivos e das condições iniciais dos programas de mobilidade são diferentes, bem como as estratégias institucionais de internacionalização. Iremos destacar e comparar algumas das principais características de programas de mobilidade intra-regional e inter-regional e ver até que ponto é que esses programas se tornaram “modelos” de mobilidade e como é que esse facto afeta a apreciação da qualidade da mobilidade nos diferentes contextos.

Programas de mobilidade europeus

Nesta secção vamos olhar para as principais características e evolução do programa de mobilidade Erasmus e destacar as razões de fundo para a ênfase colocada na mobilidade enquanto instrumento de integração curricular e de reconhecimento de estudos. Iremos também abordar as formas como docentes e instituições se têm envolvido no programa ao longo das suas diferentes fases. Esta análise irá assim mostrar-nos de que forma é que a qualidade da mobilidade se tem vindo a desenvolver no contexto europeu.

O programa Erasmus como um “modelo”?

Na Europa, o programa Erasmus pode ser analisado a partir da sua evolução de um programa regional específico para um programa global. As suas principais características têm sido amplamente estudadas, bem como o seu impacto em todo o processo da integração europeia, incluindo o processo que levou à criação do Espaço Europeu de Ensino Superior. Com base

⁴ Conceitos explicados no documento “Quality Assurance: Role, Responsibilities, and Means of Public Authorities, with a view towards Implications for Governance of Institutions and Systems” disponível em http://www.ehea.info/Uploads/Seminars/KOHLER_Jurgen_EN.pdf

na análise de Teichler⁵, podemos destacar alguns dos elementos principais que podem facilitar a comparação com outros programas de mobilidade.



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

A dimensão regional que acompanhou a origem do programa de mobilidade Erasmus é provavelmente a sua característica mais importante e aquela que influenciou a maior parte das suas outras especificidades. O programa de mobilidade Erasmus nasceu em 1987, num espaço com objetivos culturais e políticos partilhados (dois anos antes do Tratado de Maastricht e a criação da União Europeia) e grande enfoque no apoio à integração regional europeia, que se tornou ainda mais forte com o processo de alargamento depois de 1990. Isto explica a escolha da abordagem inclusiva dos períodos de mobilidade, com o reconhecimento dos estudos feitos no exterior, i.e., o período de estudos realizado numa universidade de acolhimento estrangeira era por princípio totalmente reconhecido pela universidade de origem como uma parte integrante do programa de estudos conferente de grau e não como estudos suplementares ou opcionais.

De facto, o programa Erasmus encorajou a “integração curricular” desde o início ao promover a mobilidade através de redes de departamentos que enviavam e recebiam estudantes, e que, ao mesmo tempo, trabalhavam intensamente na comparação e na ligação dos programas e dos conteúdos de ensino e de aprendizagem. O principal objetivo era induzir o desenvolvimento de atividades académicas conjuntas entre os departamentos parceiros, desde a incorporação do período de estudos no exterior no currículo da universidade de origem, ao desenho de currículos conjuntos, incluindo a seleção conjunta de estudantes, a inclusão de períodos de mobilidade obrigatórios, procedimentos de reconhecimento, e a certificação conjunta dos resultados obtidos no exterior. Esta era uma maneira de promover formas estruturadas de cooperação académica com vista a melhorar o conhecimento e a confiança mútua, bem como a convergência de diferentes currículos, facilitando assim a circulação de estudantes e graduados dentro da União Europeia e a transformação das atividades educativas, possibilitando a todos os estudantes, independentemente da sua possibilidade de realizar um período de mobilidade, acesso a programas com uma dimensão intercultural e internacional “europeia”.

O programa Erasmus tinha outras peculiaridades que vale a pena mencionar:

- 1) O programa baseou-se, desde o início, em compromissos institucionais bilaterais ou multilaterais, através de acordos departamentais e institucionais. Com muito poucos estudantes “free mover”⁶, o programa contava com um apoio sistemático para a organização da mobilidade (programas preparatórios, cursos de língua, auxílio no alojamento, suporte administrativo e académico e procedimentos administrativos standardizados nas universidades de origem e de acolhimento) e uma distribuição equilibrada de fluxos de mobilidade.
- 2) O programa foi concebido desde o início como um incentivo, um instrumento de financiamento parcial. Os estudantes recebiam uma bolsa destinada a cobrir os custos adicionais de estudar no exterior e as redes universitárias ou as instituições individuais recebiam uma módica subvenção de apoio institucional que tinha que ser complementada com recursos das próprias instituições.
- 3) O programa apoiava um vasto leque de atividades para além da mobilidade de estudantes: a mobilidade de docentes, a inovação curricular e as redes temáticas figuram entre as mais relevantes. O apoio financeiro para a realização de uma

⁵ Teichler, U., Maiworm, F. (1997). The ERASMUS Experience: Major Findings of the ERASMUS Evaluation Research Project. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities see also Teichler, U. (2009) Internationalisation of Higher Education: European Experiences, Asia Pacific Education Review 10 (1), pp. 93-106

⁶ Expressão inglesa que designa um estudante que realiza um período de mobilidade por iniciativa própria, sem ser ao abrigo de protocolos institucionais de intercâmbio.



atividade era dado às instituições por um curto período de tempo, mas com uma perspectiva de continuidade – especialmente durante a fase inicial das atividades, nos primeiros anos. Estas características visavam precisamente estimular aqueles com responsabilidade académica e administrativa pela mobilidade de estudantes a cooperar mais de perto com os seus parceiros de outros países europeus.

Para compreendermos melhor o conceito e os debates em torno da qualidade da mobilidade dentro do contexto europeu, vale a pena atentarmos na principal evolução do “modelo” Erasmus, em particular na sua fase de transformação a partir de uma perspectiva regional para uma perspectiva global com o surgimento do programa Erasmus Mundus.

A transformação do programa Erasmus: novas formas de gestão

Durante os seus primeiros dez anos de vida, de 1987 a 1997, o programa Erasmus evoluiu para os chamados Programas de Cooperação Internacional (“International Cooperation Programmes – ICP”), redes de departamentos ou grupos de pesquisa que recebiam financiamento para a organização de fluxos de mobilidade e também para realização de reuniões regulares de docentes em que estes debatiam e monitoravam a qualidade da mobilidade, nomeadamente o progresso académico dos estudantes e o reconhecimento dos estudos. O enfoque do programa era o desenvolvimento de uma cultura de confiança e de conhecimento mútuo sobre os programas de ensino-aprendizagem, a comparação dos conteúdos académicos e o desenvolvimento curricular com uma dimensão europeia mais acentuada.

A partir de 1995, com o novo programa Sócrates, o programa Erasmus assistiu a uma grande mudança:

- a responsabilidade pela organização dos fluxos de mobilidade foi transferida das pequenas redes multilaterais de docentes para o nível da administração central das instituições: a mobilidade tinha que ser organizada no âmbito de acordos institucionais bilaterais e
- cada instituição tinha que desenvolver a sua própria Política de Cooperação Europeia (“European Policy Statement”), i.e., um documento estratégico no qual a organização dos serviços e as formas de articulação entre as responsabilidades académicas e institucionais, no âmbito da cooperação europeia, eram descritas e explicadas.

Esta mudança visou inculcar mais eficiência e eficácia na gestão do financiamento e teve um impacto importante na melhoria da organização da mobilidade, ao ajudar as instituições a desenvolver um pensamento mais estratégico e a profissionalizar os serviços de apoio à internacionalização, nomeadamente através da afetação de financiamento complementar e do esforço de garantia da coerência entre política e prática (dos serviços). O forte enfoque académico dos primeiros dez anos permaneceu em algumas instituições, como uma base para a escolha dos parceiros mais adequados dentro de cada área científica e como uma garantia do apoio e do aconselhamento académico, bem como do reconhecimento dos estudos. Mas esta evolução teve resultados desiguais e em alguns casos houve mesmo perdas de contato e integração académica, colocando, por exemplo, a “internacionalização em casa” – um desenvolvimento desejável – num nível mais baixo de prioridade.

O desafio de transferir as responsabilidades de pequenas redes multilaterais para acordos institucionais bilaterais foi enfrentado de diversas formas pelas instituições. De todo o modo, o envolvimento académico teve que ser readaptado a um contexto completamente novo. As

universidades tiveram que encontrar a melhor forma de articular as responsabilidades acadêmicas e administrativas em diferentes níveis de governo da universidade, tendo em conta o papel centralizado ou descentralizado atribuído às autoridades acadêmicas e o novo mecanismo de financiamento. O financiamento era agora atribuído às instituições para elas providenciarem bolsas aos estudantes e aos docentes que queriam fazer uma mobilidade no estrangeiro, para visitas de monitoramento e para a própria organização dos fluxos de mobilidade.

Entre os dois extremos — total centralização e total descentralização da gestão do programa em escolas, faculdades ou departamentos — várias abordagens foram implementadas de acordo com a dimensão e a cultura de centralização ou de descentralização de cada instituição:

- Algumas universidades, por exemplo, mantiveram uma centralização muito forte apenas na vertente da administração das bolsas e na gestão de acordos bilaterais gerais e descentralizaram para as faculdades/departamentos toda a componente relativa à escolha dos parceiros, ao número de fluxos de mobilidade e à gestão dos contratos de estudo e do reconhecimento acadêmico. Alocaram também financiamento às estruturas acadêmicas para a organização da mobilidade estudantil, desde a preparação linguística à integração acadêmica e às visitas de monitoramento;
- Outras mantiveram uma forte responsabilização dos docentes no que concerne todos os assuntos relacionados com a experiência dos estudantes, mas centralizaram todos os serviços de apoio ligados à organização da mobilidade, à preparação linguística e à gestão do financiamento.
- A presença constante de diferentes estruturas de governo e de organização e de diferentes níveis de interação entre responsabilidades centralizadas e descentralizadas continua a ser um dos principais desafios que as instituições europeias, os serviços administrativos e o corpo docente têm que enfrentar no seu diálogo relacionado com a gestão dos fluxos de mobilidade, e esta realidade, por vezes, desorienta os estudantes.

Devemos também ter em mente que as novas formas de gestão da mobilidade necessitam de incluir formas de melhorar o envolvimento do corpo docente e da direção dos programas de estudo; este aspeto é necessário para que se possam repensar as formas de induzir mudanças positivas nos currículos e melhorias gerais no desenvolvimento de competências interculturais e internacionais em todos os estudantes, quer sejam de mobilidade quer não, através por exemplo, da organização de currículos mais flexíveis, da introdução de perspectivas internacionais nos conteúdos, de um maior envolvimento entre estudantes internacionais e estudantes que fizeram mobilidade e a partilha de experiências no âmbito dos processos de ensino-aprendizagem.

A transformação do programa Erasmus: a mudança global

Quando o programa Erasmus Mundus foi lançado em 2004, ele visava complementar os programas da UE destinados à cooperação internacional com países terceiros no âmbito do ensino superior (Tempus para os países europeus, Alfa para os países da América Latina e Asia-Link para os países asiáticos). No entanto, o Erasmus Mundus não era exatamente um programa de cooperação, uma vez que o seu principal objetivo era desenvolver as universidades da UE e a sua atratividade, através de: a) atribuição de bolsas a estudantes de países terceiros para estes frequentarem programas de estudo conjuntos oferecidos por



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

consórcios de universidades europeias; e b) financiamento do desenvolvimento de tais programas de estudo (Mestrados e Doutorados Conjuntos Erasmus Mundus).

A partir de 2006, o Erasmus Mundus desenvolveu uma segunda ação (designada de Janelas de Cooperação Externa Erasmus Mundus – “Erasmus Mundus External Cooperation Windows [EMECW]” até 2009 e mais tarde de Erasmus Mundus Ação 2) centrada na mobilidade de curta e longa duração para intercâmbio e frequência de cursos completos em todos os níveis de estudo, desde a graduação ao doutorado, pós-doutorado, à mobilidade de docentes e técnicos, no âmbito de consórcios entre universidades europeias e não-europeias de um ou mais países de determinadas áreas geográficas do mundo. Este programa de mobilidade foi desenvolvido com base em muitas das características descritas acima, inovando contudo em vários aspetos:

- Combinação de mobilidade regional e global: os programas conjuntos Erasmus Mundus tiraram partido dos quase 20 anos de experiência do programa Erasmus, especialmente da experiência da integração curricular, ao promoverem o desenvolvimento de programas de estudo conjuntos entre universidades europeias, com uma forte componente de mobilidade obrigatória. Para além disso, atribuíram bolsas a estudantes de países não-europeus para aumentar a “atratividade” da dimensão europeia fora da Europa, e tiveram um grande impacto na abertura global e no desenvolvimento da dimensão internacional (não só europeia) dos perfis dos programas e dos ambientes de estudo. Desta forma, estes programas combinaram a antiga componente da mobilidade coletiva institucional e a forte integração académica do programa Erasmus original com um novo padrão de mobilidade para a frequência de cursos completos oferecidos por consórcios de universidades. O reconhecimento dos estudos nas universidades europeias já era parte integrante do desenho dos programas de estudo conjuntos, embora o reconhecimento dos graus atribuídos na Europa nos países não-europeus de origem dos estudantes permaneça um desafio até aos dias de hoje.
- A experiência do EMECW/Ação 2 trouxe outros elementos de inovação ao tradicional e distintivo “modelo Erasmus”. Em primeiro lugar, essa experiência baseou-se na seleção de projetos apresentados por redes de instituições de ambas as áreas geográficas: Europa e país ou região não-europeia interessada, dependendo das convocatórias dos programas. Este modelo permitiu um regresso às bases da primeira geração do programa Erasmus, em que os padrões, os fluxos de mobilidade, as ferramentas e o objetivos eram decididos no seio de redes de departamentos. O EMECW originou assim um desenho e uma implementação multilateral de um projeto de mobilidade, incluindo partilha de decisões sobre instrumentos de qualidade, melhoria da qualidade da mobilidade, e uso das ferramentas europeias de transparência e de reconhecimento, enquanto requisito imposto pela Comissão Europeia. Dada a multidisciplinaridade da maioria dos projetos e a forte componente administrativa requerida (especialmente na gestão das bolsas de estudo), assistiu-se a um envolvimento muito diverso e cada vez mais reduzido do corpo docente dentro dos consórcios responsáveis pelos projetos de mobilidade. Outro aspeto importante dentro do programa Erasmus Mundus foi a mudança na abordagem financeira em que o incentivo parcial deu lugar ao financiamento integral de bolsas de mobilidade para estudantes, docentes e técnicos de e para a Europa, bem como de atividades de gestão e organização de serviços específicos de apoio à mobilidade, monitoramento e controlo da qualidade.

Programas de mobilidade brasileiros



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Nesta secção vamos olhar para as principais questões que se levantam no âmbito da participação das instituições brasileiras em programas de mobilidade ao abrigo de parcerias internacionais e programas regionais com diferentes tipos de financiamento e de gestão. Note-se que, quando comparados com a experiência europeia, os programas de mobilidade brasileiros, de certa forma inspirados nos programas americanos, focam-se mais no desenvolvimento pessoal, cívico e profissional dos estudantes e na cooperação internacional entre as instituições do que na integração curricular (que tem sido uma preocupação europeia enraizada no esforço de convergência dos sistemas de educação europeus). O programa Ciência sem Fronteiras (CsF) é uma das mais recentes e originais experiências no que concerne os programas de mobilidade brasileiros. O CsF deve ser analisado à luz das políticas brasileiras relacionadas com a atribuição de bolsas de estudo, entendidas como investimento público na melhoria da dimensão internacional do contexto científico e educacional do Brasil. Esta perspectiva explica a abordagem inclusiva (bolsas integrais, envolvimento de instituições diversificadas, incluindo as menos experientes e com exposição internacional reduzida) destinada a promover o sistema educativo brasileiro no mundo e o surgimento de novas oportunidades de cooperação para as instituições brasileiras.

A mobilidade é uma das principais atividades dentro dos projetos de internacionalização das universidades brasileiras e a sua regulação e aplicação institucional tem melhorado a cada ano que passa. Ao longo de aproximadamente quinze anos, as universidades brasileiras têm desenvolvido medidas institucionais com vista à centralização e à regulação da mobilidade internacional. Num sistema de ensino superior tão diverso e, por vezes, tão desigual, como é o sistema brasileiro, a qualidade da mobilidade deve ser avaliada tendo em consideração os diferentes contextos e os objetivos de cada instituição ou região. Poderá a qualidade ser referida apenas como a bem sucedida transferência de créditos? Poderá ela ser referida como o número de estudantes em mobilidade internacional? Quão valorizada é a experiência intercultural em termos de qualidade da mobilidade no contexto brasileiro? Em que medida é que a mobilidade influenciou a transformação dos currículos locais com vista ao desenvolvimento de perfis e de competências internacionais?

Programa institucionais próprios e áreas de estudo

O formato de mobilidade internacional de estudantes mais amplamente desenvolvido no Brasil – antes e durante o Programa CsF –, é o de programas institucionais diretos de IES brasileiras com instituições parceiras no exterior, cobrindo geralmente todas as áreas de estudo. Isso possibilita a oportunidade de mobilidade para estudantes de áreas não cobertas pelas 18 áreas prioritárias do CsF, que se limitam às áreas da ciência, tecnologia, engenharia, ciências da saúde e indústrias criativas. O que ganha ainda maior relevância frente à forte concentração de estudantes em duas das grandes áreas de estudo da classificação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). As áreas de Ciências Sociais/Negócios/Direito e Educação concentram 59,4% das matrículas de graduação, sendo 21,48% nos cursos de Administração e Direito.

Embora sejam atualmente contabilizadas como bolsas atribuídas pelo programa CsF, as bolsas dos programas de mobilidade BRAFITEC e BRAFRAGI começaram muito antes do programa CsF e foram desenvolvidas no âmbito de convênios de cooperação internacional financiados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação). No âmbito destes programas, estudantes de engenharia



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

(BRAHITEC), de agronomia e agro-alimentação e ciências veterinárias (BRAFRAGI) do nível de graduação fazem parte do seu percurso acadêmico numa instituição francesa. Iniciado em 2002 e oficialmente lançado em 2003, o programa BRAHITEC (*BRASil France Ingénieur TECnologia*) permite que escolas superiores de engenharia francesas (cerca de 75) e universidades brasileiras (cerca de 40) estabeleçam convênios de cooperação científica e de intercâmbio de estudantes de graduação e de professores na área das engenharias. Reconhecido como um programa pioneiro na vertente da cooperação científica e tecnológica, ele serviu de modelo para a implementação de programas de mobilidade similares entre a França e outros países da América Latina. O programa UNIBRAL – iniciado em 2006 e desenvolvido por meio de uma parceria entre a CAPES e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) –, também envolve projetos de parcerias institucionais universitárias, exclusivamente em nível de graduação, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de estudantes de graduação brasileiros e alemães e estimular a aproximação das estruturas curriculares, prevendo reconhecimento mútuo de créditos. Estes programas concentraram-se em áreas disciplinares estratégicas para ambos os países e basearam-se assim claramente num modelo que combina mobilidade com o objetivo de desenvolver uma cooperação científica sólida entre as instituições, através do envolvimento direto de docentes, e, em certa medida, através da promoção da integração curricular e da confiança nos respectivos percursos educacionais e nos perfis das graduações.

Várias redes e consórcios de universidades promovem também a mobilidade de estudantes, como por exemplo a Associação das Universidades do Grupo Montevideo (AUGM), uma rede de universidades públicas da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, estabelecida em 1991, que tem como objetivo, entre outros, a organização de programas de mobilidade para a obtenção de créditos nos níveis de graduação e pós-graduação. Se compararmos estes programas de mobilidade promovidos por redes universitárias ao programa BRAHITEC, podemos constatar que o enfoque passa de um forte envolvimento acadêmico e disciplinar para um engajamento mais abrangente das instituições, em que o papel central é desempenhado pela universidade como um todo, com vista ao reforço dos serviços centrais e à profissionalização dos escritórios de relações internacionais chamados a desempenhar um papel no estímulo da componente acadêmica dos programas.

No nível de pós-graduação, especialmente no doutorado, para além das bolsas de mobilidade sanduíche e de doutorado pleno oferecidas pelas agências federais CAPES e CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e pelas agências estatais como a FAPESP e a FAPERJ, a mobilidade ocorre no âmbito de convênios bilaterais que seguem os modelos do programa CAPES-COFECUB (Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil). COFECUB é a iniciativa mais antiga e abrangente do seu gênero no Brasil, tendo completado 35 anos de existência em 2014. O programa apoiou mais de 820 projetos e formou mais de 3000 doutores em todas as áreas do conhecimento, envolvendo 37 universidades brasileiras e 64 francesas. Este tipo de projetos bilaterais e de atividades acadêmicas conjuntas entre o Brasil e outros países financia o intercâmbio científico entre as instituições e intensifica a formação de alto nível dos recursos humanos envolvidos. Este “modelo” promovido pelas agências governamentais baseia-se essencialmente nos contatos diretos estabelecidos pelo pesquisador (ou pelo seu grupo de pesquisa) com os líderes individuais de projetos e/ou em convênios interdepartamentais ou interinstitucionais, mas, de forma geral, o ponto de partida e a estrutura de gestão são fortemente baseados no engajamento acadêmico individual dos pesquisadores e menos na disponibilidade de serviços específicos centralizados em apoiar e promover a mobilidade, apesar de estes últimos poderem servir de auxílio.

Estas experiências pioneiras foram muito úteis para a implementação de programas de mobilidade nas Instituições de Ensino Superior brasileiras (IES), uma vez que elas providenciavam o enquadramento institucional formal necessário, que caracterizou – e ainda caracteriza, em grande medida – os programas de mobilidade brasileiros, antes do advento do

programa Ciência sem Fronteiras e dos convênios bilaterais com instituições parceiras estrangeiras.



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Há vários anos que muitas IES brasileiras já vêm desenvolvendo e fomentando mobilidade de estudantes de graduação através de programas próprios de mobilidade com instituições parceiras no exterior, construindo e consolidando, por meio destas experiências, boas práticas de reconhecimento de créditos obtidos no exterior. Na maioria destes programas, os estudantes ficam isentos de pagamento de mensalidades escolares nas IES estrangeiras, devendo arcar com os custos de hospedagem, alimentação, transporte, seguro de saúde e outras despesas eventuais durante sua estadia no exterior. Em alguns casos, o estudante, dependendo da análise de sua condição socioeconômica, pode contar com apoio financeiro da IES brasileira de origem para realização da mobilidade no exterior.

Em função destas mobilidades com instituições parceiras, muitas IES brasileiras já contam com resoluções e normatizações para aproveitamento de estudos realizados no exterior, por meio de convênios formalmente firmados, com a transferência dos créditos obtidos com aprovação em disciplinas cursadas durante a mobilidade. As modalidades de transferência de créditos variam bastante, em função do grau de aproximação com o perfil técnico da grade curricular do curso na IES brasileira, podendo ser aproveitados como créditos obrigatórios, eletivos ou complementares. Na maioria dos casos, a dispensa (ou equivalência) de disciplinas obrigatórias da grade curricular do curso pela realização de estudos (disciplinas) em universidades no exterior deve também respeitar percentual de conteúdo e carga horária equivalentes.

Estas experiências anteriores facilitaram o processo de transferência de créditos de estudantes egressos do programa Ciência sem Fronteiras, ainda que isso siga sendo um dos mais importantes desafios para a qualidade da mobilidade de estudantes no Brasil. Até porque, muitas vezes, as regulamentações e normatizações para transferência de créditos nas IES brasileiras implicam um maior acompanhamento dos planos de estudo nas instituições no exterior, o que nem sempre pode ser garantido no CsF.

Ciência sem Fronteiras

O programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em dezembro de 2011, introduziu uma perspectiva completamente nova ao lançar um programa de mobilidade nacional maciço: *“um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”*. A iniciativa foi baseada na longa experiência que o Brasil tem de financiar mobilidades individuais através de bolsas atribuídas pela agências encarregues da internacionalização e do aprimoramento dos sistemas educativo, científico e de pesquisa. Desenhado para aumentar a cooperação científico-tecnológica através do financiamento de estudantes e pesquisadores no exterior, e para aumentar as oportunidades de mobilidade de estudantes de graduação, o programa CsF atribuiu 101.446 bolsas, 77,8% das quais foram atribuídas a estudantes de graduação.

O CsF teve assim um grande impacto na sociedade brasileira, em consonância com as políticas orientadas para o futuro que caracterizam a tradição brasileira de conceder bolsas aos estudantes e pesquisadores talentosos como um investimento na melhoria da dimensão internacional do sistema educativo e científico. A concessão de bolsas a estudantes e pesquisadores para realizarem atividades acadêmicas complementares no exterior foi também sempre entendida como uma forma de aperfeiçoar os indivíduos e de estabelecer relações com vista ao desenvolvimento futuro de cooperações institucionais.



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

O CsF foi desenhado para oferecer oportunidades diretamente a estudantes talentosos de uma forma rápida e maciça. Os fluxos de mobilidade foram centralmente negociados pelo governo brasileiro com os representantes dos países de acolhimento, usando uma abordagem do topo para a base (“top-down”), com uma participação muito reduzida das IES brasileiras. A mobilidade acabou por decorrer sem o envolvimento das IES na seleção dos estudantes e na identificação dos países e instituições de acolhimento dos bolsistas. Neste sentido, o CsF é frequentemente considerado como um programa “free-mover”, em que o bolsista se move por iniciativa individual sem enquadramento institucional.

Contudo, o programa CsF transformou-se num importante instrumento de inclusão social de estudantes social e economicamente carenciados e deu mais oportunidades a estudantes em instituições que não tinham muita experiência no intercâmbio de estudantes e na participação em parcerias internacionais. O CsF providenciou oportunidades únicas de mobilidade, em especial aos estudantes de graduação destas instituições.

Com a criação do programa, a saída de estudantes para o exterior quase duplicou em várias universidades e algumas instituições lidaram pela primeira vez com o intercâmbio internacional de estudantes. O programa CsF colocou certamente o Brasil no mapa da educação internacional e forçou as instituições a iniciarem seus debates em torno de regulamentos de mobilidade mais flexíveis, dos requisitos específicos do programa e da ausência de relações formais entre as instituições de origem e de acolhimento dos bolsistas. O facto de a mobilidade dos bolsistas CsF não estar ligada às parcerias internacionais das suas universidades de origem fez com que a fase de acompanhamento e de avaliação se tornasse um verdadeiro desafio para muitas delas.

Por outro lado, como é largamente reconhecido entre a comunidade acadêmica brasileira: *«os ganhos vão muito mais além dos números e melhoraram as qualificações dos estudantes e dos pesquisadores. A maior conquista foi talvez a abertura do diálogo entre instituições de ensino superior brasileiras e suas congêneres de várias partes do mundo. A mobilidade acadêmica abriu canais de comunicação para o estabelecimento de parcerias futuras com instituições que certamente não estavam antes ao alcance de muitas universidades brasileiras. O resultado tem-se materializado no desenvolvimento de programas conjuntos, de duplos diplomas, do intercâmbio de mais estudantes e docentes, bem como no aumento das oportunidades de colaboração em pesquisas e publicações internacionais»*⁷.

É difícil falar sobre modelos brasileiros de mobilidade internacional. Todavia, podemos identificar algumas abordagens específicas que têm um impacto importante na qualidade, especialmente se incluirmos na avaliação da qualidade as questões da igualdade e do acesso à mobilidade, as políticas de aprendizagem de idiomas e as estratégias de internacionalização ao nível institucional e nacional, de uma forma sistemática.

Será que o governo brasileiro tinha um plano para globalizar o ensino superior através do CsF? Poderá o programa ser entendido como a “maneira brasileira” de promover a mobilidade no nível de graduação? Será que o programa é um “modelo” ou apenas um programa governamental para financiar integralmente a mobilidade individual? O programa é extremamente ambicioso e está beneficiando certamente muitos estudantes de diferentes meios e regiões do Brasil. As parcerias bilaterais que suportavam a mobilidade de estudantes de graduação antes do CsF eram muito circunscritas às instituições localizadas nas áreas urbanas e nas regiões mais desenvolvidas do país; privilegiavam ainda os estudantes que podiam suportar os custos ligados à mobilidade e que tinham conhecimentos de idiomas estrangeiros. O programa CsF foi desenhado para aumentar os números da mobilidade internacional no Brasil mas também para incluir estudantes de diferentes meios e regiões do país. A gestão central do programa (a nível governamental) foi muito criticada por IES

⁷ Luciane Stallivieri, Brazil's Science Without Borders Program, Inside Higher Education blog, the world view, 31.May 2015 at <https://www.insidehighered.com/blogs/world-view/brazils-science-without-borders-program#>

brasileiras, especialmente aquelas que são orientadas para a pesquisa e aquelas que têm grandes dimensões e uma rede forte de parcerias e de estratégias de internacionalização bem definidas. É que até essas tiveram de enfrentar desafios quando o CsF foi lançado, devido ao grande número de candidaturas e à distribuição dos bolsistas pelas vagas disponíveis. Então, se há uma meta para a mobilidade estudantil no Brasil, ela é certamente a meta do Ciência sem Fronteiras.



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

A inclusão e o programa Ciência sem Fronteiras

Um dos maiores impactos do programa Ciência sem Fronteiras foi a inclusão de novas regiões e de novas instituições brasileiras na mobilidade estudantil: 1240 IES brasileiras participaram no CsF, representando mais de metade das instituições do país. Houve uma grande participação das IES privadas (80%), muitas das quais sem experiência de internacionalização. Todavia, a maior concentração de bolsas ocorreu nas maiores universidades públicas brasileiras, como a USP (6,5%), a UFMG (4,9%), a UFRJ (3,6%) e a UnB (3,2%).

Para lidar com o problema da não proficiência dos estudantes em idiomas estrangeiros, o Ministério da Educação, através da Secretaria da Educação Superior, juntamente com a CAPES, desenvolveu o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). Para encorajar a aprendizagem de idiomas estrangeiros nas universidades brasileiras, o programa oferece oportunidades de acesso a oportunidades de intercâmbio em universidades no exterior e busca atrair estudantes estrangeiros para o Brasil, através da lecionação de cursos a distância em 8 idiomas – incluindo Português como Língua Estrangeira. No âmbito deste programa, os estudantes também podem realizar testes de proficiência linguística. O programa investe igualmente em cursos presenciais nas universidades federais, que permite aos estudantes assistir a aulas de alemão, inglês, japonês, italiano, espanhol, francês e mandarim, sem saírem das suas instituições.

A importância dada à aquisição de competências linguísticas está também a contribuir para a transformação generalizada do ensino e da aprendizagem de idiomas estrangeiros nas universidades federais, através da criação e da melhoria de centros de idiomas, no sentido de providenciar oportunidades de aprendizagem de idiomas estrangeiros e de desenvolvimento de competências interculturais em todas as faculdades e departamentos. O IsF pode assim ser visto como um efeito muito interessante do CsF na transformação das políticas de educação internacional e no desenvolvimento dos recursos humanos e das estruturas das instituições, em larga escala.

Ciência sem Fronteiras 2.0

Anunciada em junho de 2015, a segunda fase do programa CsF ainda aguarda maiores definições por parte do governo brasileiro. As informações divulgadas até agora mencionam a intenção de:

- a) garantir melhor equilíbrio da oferta entre as modalidades de bolsas (na primeira fase, 78% das bolsas foram destinadas a estudantes de graduação);
- b) aprimorar a participação das universidades no acompanhamento dos bolsistas, tanto no processo de seleção como durante o período de mobilidade no exterior, a exemplo do que já é feito com a pós-graduação;
- c) promover o "placement reverso", acompanhando o retorno dos bolsistas e direcionando-os de forma planejada para a vida acadêmica e profissional;
- d) definir temas estratégicos (e não áreas ou cursos, como na primeira fase);



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

- e) aumentar a participação do setor privado;
- f) garantir melhor aproveitamento de créditos cursados no exterior.

Nos primeiros 4 anos o CsF consumiu 6,4 bilhões de reais no financiamento de 101.000 bolsas. A nova meta prevista era financiar mais 100.000 bolsas no período entre 2015 e 2018, mas o abrandamento econômico, a subida do valor do dólar e a redução da participação das empresas privadas no financiamento gerou alguma incerteza sobre a manutenção dessas metas.

Quadros de referência para a qualidade da mobilidade

Principais questões relacionadas com a qualidade da mobilidade

Tendo em consideração a análise dos programas de mobilidade acima mencionados, podemos identificar algumas das questões mais prementes que se colocam quando olhamos para a qualidade da mobilidade a partir de diferentes perspectivas. Esta identificação irá depois ajudar-nos a rever os debates atuais em curso na Europa e no Brasil sobre os obstáculos da mobilidade e as ferramentas que nos podem ajudar a superar esses obstáculos.

Começando pelos aspetos relativos ao financiamento e à gestão dos programas de mobilidade, podemos identificar as seguintes áreas de avaliação e de melhoria da qualidade:

- ✓ A qualidade do apoio à mobilidade: serviços, profissionalização do pessoal técnico, relação entre o pessoal técnico e académico na organização e na implementação da mobilidade;
- ✓ A qualidade como eficiência na gestão dos mecanismos de financiamento: questões financeiras e organizacionais em modelos de gestão centralizada e descentralizada;
- ✓ A qualidade e os diferentes papéis das instituições de origem e de acolhimento nos diferentes programas de mobilidade;
- ✓ A qualidade como a abertura da mobilidade a grupos de estudantes carenciados ou com necessidades especiais e a estudantes de instituições com experiência internacional reduzida;
- ✓ A qualidade da integração dos estudantes de mobilidade e dos estudantes locais na sala de aula com vista ao desenvolvimento de uma experiência verdadeiramente intercultural de aprendizagem.

Passando agora para o papel estratégico da mobilidade nas políticas de internacionalização das instituições e dos sistemas de ensino superior, os aspetos que se seguem podem ser relevantes na avaliação da qualidade da mobilidade:

- ✓ Obtenção e relevância dos impactos desejados no âmbito dos programas de mobilidade (de acordo com objetivos definidos): integração curricular, capacidade de inovação, colaboração académica, integração de grupos de pesquisa, etc.;
- ✓ A mobilidade como um veículo de apoio ao desenvolvimento da dimensão internacional do ensino, da pesquisa e da organização, e como uma ferramenta para melhorar o ambiente de aprendizagem internacional na sala de aulas; para a definição de resultados de aprendizagem relevantes no contexto internacional; para a construção de grupos de pesquisa internacionais; para a promoção de projetos de

pesquisa que abordem temas e produzam resultados internacionalmente relevantes; para a participação das instituições de ensino superior no debate internacional sobre a educação e a pesquisa e seus impactos nas agendas políticas internacionais relacionadas com o ensino superior e a pesquisa.



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

Qualidade da mobilidade no contexto europeu

A qualidade da mobilidade tem sido um tópico recorrente em vários documentos europeus recentes, por exemplo, aqueles produzidos no âmbito do chamado Processo de Bolonha (Conferência Ministerial, Seminários e Grupos de Trabalho dos 48 países que participam no Espaço Europeu de Ensino Superior), as diretivas políticas da União Europeia e os relatórios da Associação Europeia de Universidades (EUA) e da Associação Europeia de Estudantes (ESU).

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Documentos e fontes que enquadram esta secção:

- ✓ “EHEA Ministerial Conference, Bucharest 2012: Mobility for Better Learning, Mobility strategy 2020 for the European Higher Education Area”⁸
- ✓ “Communication from the European Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: European higher education in the world, 2013”⁹
- ✓ “EHEA Ministerial Conference, Yerevan 2015: Bologna Implementation Report, chapter 7: Internationalisation and mobility”¹⁰
- ✓ “EHEA Ministerial Conference, Yerevan 2015: Report of the Working Group on Mobility and Internationalization”¹¹
- ✓ “European University Association: Trends 2015”¹²
- ✓ “European Students Union: Bologna with students’ eyes 2015”¹³

Desde o início do Processo de Bolonha que a mobilidade e o reconhecimento dos estudos estão na base da construção do Espaço Europeu de Ensino Superior, enquanto um fim em si mesmo (promover a mobilidade de estudantes e graduados entre diferentes países) e enquanto instrumentos de promoção da inovação e da convergência dos sistemas de educação, que possibilitam a aquisição de competências interculturais. Esta última característica está ligada à chamada dimensão europeia da educação e à sua capacidade de atratividade global.

De acordo com o documento da Associação Europeia de Estudantes, “Bologna with students’ eyes 2015”:

«A mobilidade e a internacionalização servem múltiplas finalidades. No entanto, os métodos para atingir essas finalidades têm sido interpretados de maneiras diferentes por partes interessadas e decisores políticos. A análise de documentos e relatórios existentes sobre esta matéria demonstra que existe um consenso que diz que a mobilidade e a internacionalização devem abrir o caminho para a criação de uma sociedade onde todos possam viver em paz, e que a mobilidade e a internacionalização contribuem para a promoção dos valores democráticos e ajudam as sociedades a dar respostas aos desafios do mercado de trabalho globalizado. Contudo, não existem ainda formas claras e exequíveis de medir o progresso desses

⁸ <http://www.ehea.info/Uploads/%281%29%2012%20EHEA%20Mobility%20Strategy.pdf>

⁹ <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/NOT/?uri=CELEX:52013DC0499>

¹⁰ http://bologna-yerevan2015.ehea.info/files/2015%20Implementation%20report_20.05.2015.pdf

¹¹ <http://bologna-yerevan2015.ehea.info/files/MI%20WG%20Report.pdf>

¹² http://www.eua.be/Libraries/Publications_homepage_list/EUA_Trends_2015_web.sflb.ashx

¹³ <http://bologna-yerevan2015.ehea.info/files/ESU%20Bologna%20With%20Student%20Eyes%202015-Executive%20Summary.pdf>



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

objetivos. Consecutivamente, vemos países a lutar pela quantidade às custas da qualidade, o que não abre nem abrirá qualquer caminho para uma mobilidade equilibrada e acessível a todos, na Europa ou fora dela.»

A questão da qualidade foi abordada, com mais ênfase, nas duas últimas conferências interministeriais em Bucareste (2012) e em Yerevan (2015). Em 2012, foi adoptada uma estratégia para a mobilidade europeia com dez recomendações que visavam uma maior qualidade da mobilidade e em 2015 o conceito de mobilidade evoluiu para o conceito de internacionalização. Para entendermos melhor esta abordagem, vale a pena atentarmos no que dizem os dois documentos produzidos no âmbito dessas conferências.

No documento relativo à conferência de Bucareste, “Mobility for Better Learning, Mobility strategy 2020 for the European Higher Education Area”, podemos encontrar uma afirmação clara dos objetivos europeus no que concerne a mobilidade: ela é um meio de melhorar a experiência de aprendizagem dos estudantes, mas também um instrumento político de fortalecimento do Espaço Europeu de Ensino Superior e da identidade cultural da Europa.

«Uma mobilidade de qualidade visa objetivos educativos, tais como o desenvolvimento de competências, de conhecimentos e de capacidades de todos os envolvidos. Contribui para a expansão e avanço da colaboração académica, da disseminação de inovação e de conhecimento dentro do Espaço Europeu de Ensino Superior, bem como para uma maior internacionalização dos sistemas e das instituições de ensino superior, através da comparação e da partilha de experiências. Promove ainda a empregabilidade e o desenvolvimento pessoal dos participantes na mobilidade e o fortalecimento da identidade cultural da Europa. A mobilidade é essencial para assegurar um ensino superior de alta qualidade e funciona como um elemento basilar da cooperação da Europa com outras partes do mundo.»

Uma abordagem semelhante da definição de mobilidade é feita no documento relativo à implementação do Espaço Europeu de Ensino Superior (“Bologna Implementation Report, chapter 7: Internationalisation and mobility”) preparado para a conferência de Yerevan, embora com um enfoque reforçado adicional na importância da mobilidade para a internacionalização das instituições de ensino superior, dos docentes e técnicos:

«A mobilidade internacional é um elemento chave da internacionalização e envolve vários agentes dentro dos sistemas de ensino superior. Não só permite que os estudantes adquiram competências e capacidades requeridas pelo mercado de trabalho cada vez mais global, como ajuda os docentes a desenvolver novas ideias, métodos, capacidades e relações de cooperação institucional. A mobilidade também induz mudanças e força as instituições de ensino superior (de origem e de acolhimento) a aprender e a adaptar os seus procedimentos e serviços de gestão e administração. Ela contribui, assim, para a internacionalização dos sistemas de ensino superior através de um conjunto de interligações relativamente complexas.»

Apesar de a ligação entre mobilidade e internacionalização das instituições estar claramente expressa nos vários documentos, estes focam-se mais na importância da qualidade da experiência individual do estudante em mobilidade do que na qualidade do desenho dos currículos e da lecionação das disciplinas que deve estar adaptada às necessidades dos estudantes internacionais, oriundos de sistemas de educação e contextos educativos, que podem enriquecer e melhorar as práticas locais de ensino-aprendizagem e promover relações institucionais mutuamente benéficas.

De forma geral, nos documentos relativos ao ano de 2015, o conceito de qualidade está fortemente ligado à necessidade de melhoria dos serviços de informação, do monitoramento

da experiência dos estudantes e da profissionalização e eficiência dos serviços de apoio aos estudantes:



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

«Tanto no caso da mobilidade de estudantes, como de docentes e técnicos, é essencial que o enfoque não seja apenas colocado nos números, mas também na qualidade da mobilidade. Isto implica mais investimento nos serviços de informação, no monitoramento da experiência, na garantia de que os processos de avaliação funcionam de forma justa e na introdução de mudanças sempre que estas se revelem necessárias à luz da experiência. Um melhor monitoramento do impacto das medidas implementadas para remover os obstáculos à mobilidade será igualmente importante, se queremos realmente atingir níveis ótimos de mobilidade.» (Yerevan 2015, "Bologna implementation report" §7)

Em outras partes do mesmo documento acima citado, surgem outras questões importantes relacionadas com a qualidade da mobilidade, tais como:

- ✓ Qualidade enquanto equilíbrio de fluxos de mobilidade estudantil (reequilíbrio de fluxos Este/Oeste);
- ✓ Qualidade enquanto inclusão: serviços de apoio a estudantes em situações de desvantagem e mobilidade de grupos sub-representados;
- ✓ Qualidade e melhoria da mobilidade de docentes e técnicos (tendo em consideração que este não é um grupo homogêneo);
- ✓ Remoção dos obstáculos à mobilidade com vista à melhoria da qualidade (financiamento e melhorias na transferência de bolsas e empréstimos, competências linguísticas e língua de instrução, organização dos estudos e implementação de currículos flexíveis, simplificação dos requisitos legais para aquisição de vistos e autorizações de residência, melhoria da informação, motivação e apoio personalizado a estudantes, aconselhamento e capacitação de instituições em relação ao reconhecimento dos estudos);
- ✓ Qualidade enquanto transparência e coerência da informação com vista à promoção de um planeamento correto e de um reconhecimento mais facilitado.

Recomendações mais detalhadas, "visando aumentar a compreensão política e institucional do que significa qualidade da mobilidade", têm sido trabalhadas com base nos documentos: "European Quality Charter for Mobility"¹⁴, Recomendação do Conselho da Europa: "Youth on the move", e "Mobility Strategy 2020 for the EHEA". Estas recomendações estão publicadas no Anexo 5 do Relatório produzido pelo Grupo de Trabalho sobre Mobilidade e Internacionalização para a Conferência Ministerial de Yerevan 2015¹⁵. Neste Anexo, a qualidade da mobilidade é entendida como: "aperfeiçoamento pessoal de todas as capacidades, sentido de tolerância, competência intercultural apurada, melhor proficiência em línguas estrangeiras, e sentido democrático." Lá encontramos também um conjunto de questões que precisam de ser abordadas no âmbito da qualidade da mobilidade:

- ✓ A qualidade como parte da estratégia institucional e das políticas predefinidas: áreas geográficas preferenciais, seleção de parceiros, introdução de percursos ("janelas") de mobilidade dentro dos currículos;
- ✓ Informação e motivação: comunicação dos objetivos e dos meios para a realização da mobilidade (importância da fase de preparação);
- ✓ A reflexão sobre a experiência de mobilidade e reconhecimento do valor dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes e docentes no exterior;
- ✓ A importância dos conhecimentos especializados, da experiência internacional e dos

¹⁴ European Quality Charter for Mobility, Recommendation of the EU Parliament and of the Council of 18 December 2006 available at: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=URISERV:c11085&from=EN>

¹⁵ http://bologna-yerevan2015.ehea.info/files/2015%20Implementation%20report_20.05.2015.pdf



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

- contatos dos docentes;
- ✓ A mobilidade dos estudantes com necessidades especiais;
- ✓ O apoio financeiro adequado.

Várias sugestões de melhoria da qualidade são dadas no que diz respeito a:

- ✓ Escolha dos parceiros para cooperar (auto-avaliação, identificação de complementaridades, diversificação dos tipos de mobilidade, apoio, formação de técnicos direcionada a países-alvo);
- ✓ Reconhecimento de estudos (formação de docentes e técnicos, reconhecimento baseado em resultados, utilização de contratos de estudo, introdução de alterações nos currículos, utilização da transcrição de registos académicos e do Suplemento ao Diploma);
- ✓ Informação e orientação (partilha de informação interna sobre a importância da mobilidade, divulgação de informação sobre programas de mobilidade, agilização de procedimentos, simplificação de canais de comunicação, orientação académica, contato entre estudantes locais e internacionais para promover a troca direta de informações);
- ✓ Adoção de contratos de estudo atualizados;
- ✓ Preparação cultural, linguística, pedagógica, financeira, legal, etc.;
- ✓ Apoio logístico;
- ✓ Monitoramento dos estudantes internacionais (tutoria, integração, acesso aos serviços);
- ✓ Reintegração e avaliação (recolha de opiniões e engajamento dos ex-estudantes de mobilidade como embaixadores);
- ✓ Adoção de indicadores quantitativos para medir a qualidade e o compromisso expressos na Carta Erasmus para o Ensino Superior ("ECHE" na sigla em inglês).

Melhorar o acesso e a participação de estudantes em programas de mobilidade são as principais prioridades da Associação Europeia de Estudantes (ESU). De acordo com as suas recomendações, a mobilidade deveria tornar-se numa oportunidade para todos e não num privilégio para alguns. Esta linha de pensamento liga a qualidade da mobilidade à dimensão social, à responsabilização pública e à qualidade do ensino superior, e considera-a como uma verdadeira oportunidade para toda a comunidade académica. O financiamento, o contexto socioeconómico, a situação familiar e os problemas com o reconhecimento de estudos continuam a ser obstáculos substanciais à mobilidade dos estudantes, que têm que ser superados.

Por estas razões, os países não deveriam focar-se apenas nas metas numéricas que querem atingir mas antes em envidar esforços para promover um acesso justo e equilibrado dos estudantes aos programas de mobilidade, contemplando medidas específicas para apoiar grupos sub-representados, com vista a *"garantir a diversidade da população estudantil em mobilidade e a prevenção da fuga de cérebros"*.

A ESU chama a atenção, em particular, para as melhorias necessárias a fazer no que diz respeito à transferência integral das bolsas e dos empréstimos para que os mesmos direitos e acesso a serviços de apoio sejam garantidos a estudantes internacionais e locais, em mobilidade de curta duração ou para a realização de cursos completos. Sublinha ainda que *«a instituição de acolhimento deveria suportar todos os custos com a educação dos seus estudantes sem impor o pagamento de mensalidades ou outras taxas académicas aos estudantes internacionais»*.

Qualidade da mobilidade no contexto brasileiro



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Políticas nacionais

A mobilidade estudantil é ainda muito recente no Brasil; ela tem essencialmente uma natureza institucional caracterizada por relações bilaterais e o aproveitamento de créditos ainda apresenta alguns desafios. Atualmente, não existem regulamentos ou recomendações oficiais do governo brasileiro sobre a qualidade da mobilidade.

A autonomia universitária é uma característica muito vinculada no sistema de ensino superior no Brasil. Cada IES define e estabelece (ou não) as suas políticas, estratégias, mecanismos, ferramentas e regras para a mobilidade estudantil.

Para além disso, o sistema de ensino superior brasileiro também é muito diverso. Existem cerca de 2400 IES, das quais apenas 190 são universidades. A maior parte das IES são pequenas instituições localizadas fora dos centros urbanos, que oferecem cursos conferentes de grau, com níveis muito baixos ou nulos de internacionalização e poucas oportunidades de intercâmbio para os seus estudantes.

Essa diversidade também se deve à natureza pública ou privadas das instituições. Atualmente mais de 70% dos estudantes de graduação estão inscritos em instituições privadas, um facto que tem consequências no nível de internacionalização das instituições.

Em suma, podemos dizer que o Brasil não acumulou ainda suficiente experiência de mobilidade estudantil que lhe permita elaborar uma política nacional sobre mobilidade. Em grande medida, esse aspeto continua a ser definido ou estabelecido no âmbito das políticas institucionais da IES. Por vezes, as estratégias e ações definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES cumprem apenas os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação para elaboração desse plano, mas não têm concretização efetiva. Contudo, esta realidade está a mudar como podemos observar na recente inclusão da internacionalização como indicador de qualidade no sistema nacional de avaliação da educação superior brasileira.

Instituído pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior Brasileira (SINAES), tem, como uma de suas finalidades, a aferição e a melhoria da qualidade da educação superior brasileira, constituindo referencial básico para os processos de regulação e supervisão das IES.

Implementada pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia do Ministério da Educação (MEC), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a avaliação da educação superior é realizada por meio de instrumentos matriciais padronizados que possibilitam o registro de informações quantitativas e qualitativas em relação ao padrão de qualidade estabelecido pelo SINAES.

A avaliação está dividida em duas modalidades. A auto avaliação Institucional (Avaliação Interna) é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição, a partir de diretrizes e roteiro da CONAES, e objetiva comprometer a IES no planeamento das ações propostas no PDI e serve como auxílio para tomada de decisão da gestão institucional. A Avaliação Externa, realizada por comissões designadas pelo INEP/MEC, tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto avaliações, procurando atender à diversidade do sistema de educação superior brasileiro e respeitar a identidade das instituições que o compõem (atualmente, o SINAES monitora o funcionamento de 2.391 IES, 32.049 cursos de graduação e 7.305.977 estudantes).



O Instrumento de Avaliação Institucional Externa do INEP/MEC, que regula o credenciamento, o recredenciamento e a transformação da organização acadêmica (presencial) das IES brasileiras, está organizado em cinco eixos, que agrupam as dez dimensões referenciadas no marco legal do SINAES: Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2: Desenvolvimento Institucional; Eixo 3: Políticas Acadêmicas; Eixo 4: Políticas de Gestão; Eixo 5: Infraestrutura.

Recentemente, o INEP/MEC iniciou um trabalho de definição de indicadores de avaliação com a inclusão de seis novos indicadores como indutores de qualidade. Na área da internacionalização e seus impactos no processo avaliativo, o Eixo 2 (Desenvolvimento Institucional) incorporou, em sua dimensão 2.9, o indicador “Internacionalização: coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as ações institucionais”. Até ao momento, isso só se aplica quando estiver previsto no PDI da IES, mas já existem indicações de que este indicador passará a ser obrigatório para todas as IES, como reconhecimento da importância da internacionalização.

No glossário das orientações aos avaliadores externos, as atividades de internacionalização, para fins do instrumento de avaliação, incluem “os programas institucionais de mobilidade acadêmica/intercâmbio, adesão aos editais de mobilidade acadêmica, alunos estrangeiros na IES, oferta de língua estrangeira, oferta de disciplina em língua estrangeira, dentre outros”. Para contextualização das IES, são solicitadas informações sobre política de atendimento para estudantes estrangeiros, quantidade de estudantes e professores estrangeiros na IES e disciplinas ofertadas em língua estrangeira. Os avaliadores procuram analisar o planejamento – em termos de coerência entre o PDI e as ações implementadas, as ações resultantes da execução dos acordos e convênios, as ações de mobilidade desenvolvidas, as bolsas e incentivos institucionais oferecidos e a produção científica resultante.

Pelo lado da percepção dos estudantes, a internacionalização também passou a integrar o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) – um exame obrigatório que avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. Em 2013, os estudantes responderam a três perguntas relacionadas com o processo de internacionalização da educação superior: a) Durante o curso de graduação, você participou de programas e/ou atividades curriculares no exterior? b) Você teve oportunidade de aprendizado de idioma estrangeiro na sua Instituição? c) Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país? Como podemos observar, esse inquérito já sinaliza um maior entendimento da importância da internacionalização como indicador de avaliação da educação superior brasileira.

A internacionalização também consta do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em junho de 2014, embora surgindo como um objetivo ainda muito modesto da educação superior. O PNE estabelece 20 metas e 253 estratégias relacionadas com a educação no Brasil que devem ser concretizadas nos próximos dez anos (2014-2025). O tema da internacionalização é referido de forma superficial em três metas e cinco estratégias relacionadas com a educação superior. A título de exemplo, citamos aqui a estratégia 12.12 da meta 12 que visa «consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior».

Qualidade da comunicação

Para melhorar a qualidade da mobilidade estudantil no Brasil, e, em particular, a mobilidade ao abrigo do programa CsF, é crucial estabelecer ligações entre todas as partes envolvidas, desenvolver melhores canais e instrumentos de comunicação a nível regional, nacional e

internacional, estabelecer um diálogo mais próximo com as agências governamentais, como a CAPES e o CNPq, discutir cronogramas e preparar devidamente os editais do programa CsF.

As IES brasileiras também necessitam de investir nos serviços e na profissionalização das suas assessorias de relações internacionais, com vista a prepara-las para apoiar os estudantes locais que vão fazer intercâmbio e os estudantes internacionais que vêm para o Brasil. Muitas IES enviaram estudantes para o exterior pela primeira vez por via do programa CsF, então, é muito importante que as universidades de acolhimento disponibilizem tutores para estes estudantes e que se crie uma rede de contatos que facilite a interação entre os profissionais da universidade de origem no Brasil e da universidade de acolhimento no exterior. O programa CsF centraliza as comunicações com as IES brasileiras e estrangeiras, a nível governamental, deixando de fora a comunicação interinstituições, o que causa grandes problemas de gestão dentro das instituições envolvidas. Esses problemas poderiam ser atenuados se fossem implementadas as seguintes ações:

- ✓ Reorganizar o programa CsF tendo por base um maior envolvimento das IES brasileiras e uma melhor interação entre as instituições de origem e de acolhimento no exterior;
- ✓ Produzir mais informação sobre as organizações/IES europeias e internacionais, em geral, e suas áreas de estudo;
- ✓ Envolver as IES brasileiras na escolha dos parceiros internacionais que vão acolher os seus estudantes;
- ✓ Estimular a mobilidade de docentes às IES de acolhimento dos bolsistas no exterior (incluindo diretores de faculdade e coordenadores de curso);
- ✓ Promover o intercâmbio de técnicos para a partilha de experiências de gestão da mobilidade;
- ✓ Fortalecer a capacidade de gestão da CAPES e do CNPq junto das IES brasileiras;
- ✓ Ampliar a divulgação das oportunidades de intercâmbio dos centros de pesquisa e das empresas brasileiras junto dos pesquisadores e empregadores internacionais.

Preparação linguística

Para garantir a qualidade da mobilidade dos estudantes brasileiros é necessário quebrar as suas barreiras linguísticas. Para o efeito, o governo federal lançou o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)¹⁶ como medida de apoio, a longo prazo, aos bolsistas do CsF. Inicialmente, o IsF começou por organizar cursos a distância para todos os estudantes inscritos em IES brasileiras; numa segunda fase, organizou candidaturas aos exames TOEFL, que foram realizados por cerca de 30% da população estudantil universitária. Por fim, está sendo feito investimento na criação e na melhoria de centros de idiomas dentro das universidades federais. Existe ainda a intenção de implantar também esses centros nas universidades estaduais. Acreditamos que esse processo de ampliação do ensino e da aprendizagem de idiomas irá trazer mais qualidade à mobilidade dos estudantes, que vão realizar estudos no exterior e que têm lacunas linguísticas.

Mobilidade e reconhecimento de estudos

A perspectiva europeia

Como explicámos acima, o reconhecimento de estudos tem sido referido como um elemento chave nos debates sobre a qualidade da mobilidade, especialmente no contexto europeu,



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

¹⁶ <http://isf.mec.gov.br>



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

devido à importância dada à integração curricular e à convergência dos sistemas de ensino superior europeus.

Várias ferramentas de apoio ao reconhecimento de estudos no âmbito da mobilidade “horizontal”¹⁷ (curtos períodos de estudo para a obtenção de créditos) e da mobilidade “vertical”¹⁸ (realização de cursos completos para a obtenção de graus em diferentes instituições) têm sido desenvolvidas. No primeiro caso, tem sido possível fazer a incorporação/reconhecimento dos períodos de estudo no exterior nos planos curriculares dos estudantes na sua universidade de origem, por meio de contratos de estudo formalizados por todas as partes envolvidas.

Note-se que o reconhecimento de períodos de estudo e de graus dentro do Espaço Europeu de Ensino Superior tem uma base legal expressa na Convenção de Lisboa sobre o reconhecimento de estudos e qualificações do ensino superior, datada de 1997¹⁹. Até ao momento, a Convenção foi ratificada pela maioria dos países membros do Conselho da Europa e outros países não europeus, tais como a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos da América. Também convém lembrar que, dentro do Espaço Europeu de Ensino Superior, foram desenvolvidos vários instrumentos de suporte ao reconhecimento tais como o sistema ECTS (e ferramentas associadas), o Quadro Europeu de Qualificações e uma rede de centros de informação sobre reconhecimento de estudos e qualificações, designados de “ENIC-NARIC networks”.²⁰

Entre os princípios básicos da Convenção de Lisboa consta o princípio da “diferença substancial”, que é mencionado em três das quatro áreas abrangidas pela Convenção: reconhecimento de qualificações que dão acesso ao ensino superior; reconhecimento de períodos de estudo; e reconhecimento de qualificações de ensino superior.

No primeiro caso, a Convenção estabelece que «cada Parte reconhece, com o objetivo de aceder aos programas do seu sistema de ensino superior, as qualificações concedidas pelas outras Partes e que satisfaçam nessas Partes as condições gerais de acesso ao ensino superior, a menos que possam demonstrar que existe uma diferença substancial entre as condições gerais de acesso na Parte em que a qualificação foi obtida e na Parte em que o reconhecimento da qualificação é solicitado».

No segundo caso, estabelece que «cada Parte reconhece os períodos de estudo realizados no âmbito de um programa de ensino superior numa outra Parte. Este reconhecimento abrange os períodos de estudo realizados com o objetivo de completar um programa de ensino superior na Parte onde o reconhecimento foi pedido, a menos que se possa demonstrar a existência de uma diferença substancial entre os períodos de estudo realizados na outra Parte e a parte do programa de ensino superior que eles substituírem na Parte onde o reconhecimento é pedido.»

De igual forma, e à luz da Convenção de Lisboa, dentro do sistema ECTS, o reconhecimento de estudos deve ser feito, a menos que se possa demonstrar que existe uma “diferença substancial” entre os programas de estudo da universidade de origem e da universidade de acolhimento dos estudantes. O sistema ECTS centra-se no estudante e no volume de trabalho médio requerido para que ele possa atingir os objetivos de um programa de estudos. Esses objetivos são preferencialmente expressos em termos de resultados de aprendizagem e de competências. O volume de trabalho do estudante, expresso num determinado número de créditos, inclui todos os aspetos de um programa de estudos, desde horas de contato em sala de aulas até horas de estudo independente, estágios, elaboração de trabalhos e realização de

¹⁷ <http://www.maunimo.eu/index.php/mobility-definitions#Shorttermmobility>

¹⁸ <http://www.maunimo.eu/index.php/mobility-definitions#DegreeMobility>

¹⁹ http://www.uc.pt/ge3s/pasta_docs/Convencao_Lisboa.pdf

²⁰ <http://www.enic-naric.net>

exames, etc. Como podemos ver, as horas de contato são apenas uma parte do volume de trabalho do estudante, portanto, o reconhecimento de estudos nunca poderá ser feito apenas com base nas horas de contato passadas na sala de aulas.



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Outra característica do sistema ECTS é a utilização de ferramentas e procedimentos de planeamento do período de mobilidade que facilitam o reconhecimento dos estudos. Por exemplo, antes de partida dos estudantes para a realização de um período de mobilidade numa instituição parceira, é elaborado e aprovado por todas as partes envolvidas (estudante, instituição de origem e instituição de acolhimento) um **contrato de estudos** no qual constam as disciplinas e os créditos a realizar na instituição de acolhimento e o número de créditos equivalente (30 para um semestre e 60 para um ano letivo) na instituição de origem, bem como a forma como o reconhecimento dos estudos vai ser feito após o período de mobilidade. As informações sobre os objetivos dos cursos, os conteúdos, créditos e resultados de aprendizagem das disciplinas constam de um **catálogo de cursos** disponibilizado por cada instituição parceira na internet, de acordo com requisitos estabelecidos a nível da UE para este tipo de guias de estudo.

Após o período de mobilidade, os estudantes recebem uma **transcrição de registos académicos** onde constam as disciplinas cursadas com sucesso pelos estudantes, os créditos e as classificações obtidas na instituição de acolhimento. Com base neste documento, que deve ser coerente com o contrato de estudos acordado no início do período de mobilidade, as instituições de origem procedem ao reconhecimento formal dos estudos realizados pelos estudantes no exterior. Desta forma, todas as partes envolvidas no processo de mobilidade conhecem o seu papel e são responsabilizadas.

A lógica do sistema ECTS consiste numa transformação progressiva das organizações em direção a uma abordagem centrada no estudante. O corpo docente e os coordenadores de mobilidade têm a obrigação de zelar pela qualidade e coerência do percurso académico do estudante, tendo que orientá-lo na escolha das instituições de acolhimento e das disciplinas mais adequadas. Também ao nível dos serviços de apoio à mobilidade, é essencial que estes sejam capazes de interagir com eficiência, em diferentes níveis, por exemplo, com os serviços congéneres das instituições de acolhimento e com o corpo docente para que o processo de reconhecimento dos estudos seja justo e célere.

Os regulamentos de mobilidade são também um instrumento muito importante para garantir o tratamento dos processos de acordo com os princípios e as melhores práticas adoptadas pelas instituições. Por exemplo, todas as instituições que participam no programa Erasmus (agora designado de Erasmus+) têm que integrar nos seus regulamentos internos alguns dos princípios definidos na “Carta Erasmus”: os procedimentos relativos à transferência de créditos e ao reconhecimento dos estudos devem garantir que as atividades académicas desenvolvidas pelos estudantes numa instituição parceira de acolhimento são registados de uma forma transparente (por exemplo, indicando o nome das disciplinas da universidade de acolhimento na língua nacional e em inglês) e que **os créditos obtidos no exterior foram reconhecidos como parte integrante dos planos de estudo dos estudantes** nas instituições de origem. Isto significa que todos os créditos obtidos durante o período de mobilidade e que foram acordados inicialmente no contrato de estudos devem ser reconhecidos sem o estudante ter necessidade de realizar exames ou frequentar disciplinas adicionais.

Contudo, a experiência tem-nos ensinado que quando se trata de aplicar a teoria à prática, isso não pode ser feito sem mudar a mentalidade dos docentes e dos estudantes, sem primeiro garantir que eles entendem cabalmente os princípios do sistema ECTS. Depois há que transpor esses princípios para regulamentos internos das universidades e incuti-los na prática académica diária:



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

- Os períodos de estudo no exterior devem ser planeados tendo por base a **coerência entre os resultados de aprendizagem** dos programas de estudo de origem e de destino e não uma correspondência exata entre conteúdos académicos. O reconhecimento deve ter em consideração todas as atividades académicas/ de aprendizagem do estudante e não a comparação disciplina a disciplina;
- O plano de estudos a realizar no exterior não deve ser exatamente igual ao plano de estudos da instituição de origem, mas, antes, ser complementar para tirar partido de uma oferta formativa diferente (em consonância com os resultados de aprendizagem do programa de estudos. Devemos falar, portanto, em **substituição** e não em **equivalência** de disciplinas);
- O reconhecimento deve ser uma **responsabilidade partilhada** da direção do programa de estudos e não de um único docente.

Na maior parte dos países europeus, o sistema ECTS e os procedimentos de reconhecimento a ele associados foram desenvolvidos ao mesmo tempo que os novos programas de estudo, baseados em créditos ECTS, como resultado da construção do Espaço Europeu de Ensino Superior. Sendo o sistema ECTS essencialmente um sistema centrado no estudante, então ele requer que os representantes dos estudantes sejam, de facto, envolvidos no planeamento de novos programas de estudo e na revisão dos programas de estudo anteriores.

Os representantes dos estudantes em Conselhos Acadêmicos, no Senado ou em associações de estudantes de mobilidade deveriam, assim, ser incentivados a trabalhar em conjunto com o corpo docente por forma a:

- Melhorar o nível de conhecimento sobre a mobilidade internacional de estudantes e o reconhecimento dos estudos;
- Recolher regulamentos de diferentes universidades e identificar os problemas e as boas práticas e compará-los com os regulamentos da sua própria universidade;
- Divulgar conclusões e boas práticas entre os restantes colegas;
- Identificar problemas comuns e sugerir soluções;
- Facilitar a cooperação entre representantes de estudantes, autoridades académicas e serviços administrativos em questões relacionadas com a mobilidade e o reconhecimento dos estudos;
- Fazer propostas de melhoria dos programas de estudo e dos regulamentos com vista à incorporação da mobilidade, junto das autoridades académicas (por exemplo, do Senado académico).

A perspectiva brasileira

Os programas de mobilidade brasileiros sempre se focaram mais na complementaridade do que na compatibilidade ou na integração curricular, de modo que a mobilidade foi concebida como uma forma de ampliação da experiência do estudante e de complemento à sua formação de base na sua universidade de origem. Da mesma forma, o financiamento de projetos internacionais de pesquisa tem tido como critério de seleção a demonstração da aquisição de conhecimentos científicos complementares e o contato com equipamentos e infraestruturas novas. Par além disso, o desenvolvimento pessoal, cívico e profissional dos estudantes e a cooperação internacional entre as instituições têm sido o objetivo prioritário das IES brasileiras em detrimento da integração curricular que, como mencionado acima, tem sido uma preocupação europeia enraizada no esforço de convergência dos sistemas de educação europeus.

Este contexto explica a ausência de pressão, digamos assim, dentro das instituições brasileiras para que se criem regulamentos para o reconhecimento acadêmico e a transferência/ aproveitamento de créditos.

As primeiras negociações sobre reconhecimento de estudos dentro das IES brasileiras começaram a ser debatidas de forma sistemática a partir de 1990, com vista ao estabelecimento de um procedimento único para todas as áreas de estudo e regulamentos administrativos que permitissem aos estudantes a possibilidade de validar os seus estudos realizados no exterior. De facto, o aproveitamento de créditos não era garantido na fase de elaboração do plano de estudos a ser seguido no exterior. As propostas eram apenas consideradas preliminares e, após o regresso, o estudantes tinham que retomar o todo processo. Houve casos em que a mobilidade internacional dos estudantes não foi validada no Brasil por falta de regulamentos apropriados, desconhecimento das áreas de estudo ao nível da graduação, falta de experiência e de interesse, e ainda por causa de uma resistência muito forte à internacionalização.

Os primeiros regulamentos tratavam essencialmente da formalização da mobilidade no que diz respeito ao número mínimo de créditos e ao número máximo de semestres que podiam ser feitos no exterior. A transferência/aproveitamento de créditos ficava ao critério do tutor ou do comitê de graduação e era baseado numa correspondência exata entre disciplinas – a ideia não era fazer a transferência de créditos com base na relevância dos conteúdos do currículo ou do volume de trabalho do estudante, mas sim na equivalência exata entre disciplinas. O resultado deste processo foi, de certa forma, desastroso para os primeiros estudantes que fizeram mobilidade nessas condições porque muitas vezes os conselhos académicos negavam a existência de equivalência e obrigavam os estudantes a repetir um semestre ou mesmo um ano letivo na sua universidade de origem. A mobilidade no nível de graduação nem sempre estava prevista, mas desde que a procura aumentou (exponencialmente) nesse sentido, as instituições tiveram necessidade de começar a lidar com a transferência/ aproveitamento de créditos (em particular créditos europeus ECTS) de forma mais frequente e aprofundada.

A expansão da mobilidade internacional nas universidades brasileiras originou debates em torno da necessidade de se criarem currículos mais flexíveis - um modelo que surgiu no Brasil a partir de 1995 quando os currículos mínimos deram lugar aos currículos baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), ao abrigo da Lei 9.131/95, para cada ciclo do sistema de educação brasileira. As DCN recomendavam às IES que evitassem ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderiam exceder 50% da carga horária total dos cursos; e que estimulassem o estudo independente e interdisciplinar, entre outras recomendações. Dada a diversidade e a autonomia das universidades brasileiras, a aplicação dos princípios das DCN foi muito diferente de instituição para instituição. Na verdade, em algumas áreas de estudo, essa flexibilização do currículo ainda nem começou.

A qualidade da mobilidade dos estudantes brasileiros pode certamente beneficiar de novos debates em torno do desenho dos currículos e de uma maior abertura à flexibilização dos currículos. Algumas instituições começaram já a rever os seus regulamentos de aproveitamento de créditos e a assumir uma maior responsabilidade pela qualidade da mobilidade através do envolvimento de docentes e tutores na preparação dos estudantes que vão fazer intercâmbio. Pudemos já observar que em algumas instituições os novos regulamentos permitiram que os planos de estudo aprovados pelos coordenadores dos cursos fossem automaticamente reconhecidos através da inserção dos créditos feitos no exterior no histórico escolar do estudante, após o seu regresso. Estas medidas deram mais legitimidade às ferramentas de apoio à mobilidade e conferiram uma maior qualidade à preparação do período de estudos no exterior. Contudo, este processo foi apenas implementado no âmbito de parcerias bilaterais entre as instituições de origem e de acolhimento. No caso do Ciência sem



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Fronteiras, há mais caminho a percorrer uma vez que não existem convênios bilaterais entre as IES envolvidas.

O incremento da mobilidade de estudantes no Brasil tem posto em causa a própria forma de se medir a qualidade da formação. Enquanto várias regiões do mundo já adotaram créditos de transferência como forma de medida, o aproveitamento de estudos nas IES brasileiras ainda carece de melhor entendimento e maior normatização, tendo como principal obstáculo o conceito brasileiro de “carga horária”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais ainda não superaram o conceito de carga horária e as oportunidades de aprendizagem ficam reduzidas ao tempo que o aluno passa em sala de aula. Ainda não se considera o tempo do estudante e o sistema de transferência de créditos centrado no aprendizado do aluno - volume de trabalho requerido para alcançar determinadas competências; distribuição ponderada e realista das atividades de aprendizagem no currículo; forma de reconhecimento comum dos resultados de aprendizagem alcançados baseada em estimativas – que favoreçam e estimulem a mobilidade de estudantes entre programas ou instituições nacionais e internacionais.

Isso pressupõe uma profunda discussão curricular e a produção, por parte do Conselho Nacional de Educação, de normativas que contemplem a realidade da educação superior brasileira, marcada pela grande diversidade de instituições, em termos de natureza, tipologia, dimensão e perfil de estudantes.

O lançamento do programa Ciência sem Fronteiras viabilizou a mobilidade em larga escala de estudantes brasileiros para experiências de intercâmbio no exterior. Como decorrência dessa mobilidade, surge a expectativa dos estudantes, ao retornarem às suas instituições de origem, de terem reconhecidos os créditos cursados durante o período passado nas universidades estrangeiras. A falta de regras claras para o reconhecimento das atividades desenvolvidas no exterior gera problemas e frustra expectativas.

Em suas decisões sobre transferência de créditos e aproveitamento de disciplinas cursadas no exterior, as IES brasileiras, predominantemente, ainda operam dentro da antiga e tradicional lógica de verificar se as disciplinas cursadas estão de acordo com as grades curriculares de seus cursos, para só então incluí-las e aproveitá-las em seus currículos.

Em muitos casos, as questões relacionadas a equivalências e aproveitamento de conhecimento são avaliadas pelos colegiados de cada curso, ficando muitas vezes a cargo do próprio estudante alinhar essa questão diretamente junto à coordenação do seu curso, podendo também incluir outras instâncias da IES brasileira, como Direção e Conselho de Faculdade, Pró-Reitoria de Graduação e outras. Esses processos são, ainda e muitas vezes, altamente burocratizados.

No plano de estudos, documento que formaliza as disciplinas e/ou atividades que o estudante cursará ou realizará na instituição parceira no exterior, muitas vezes já há indicação daquelas que serão passíveis de aproveitamento, em conformidade com projeto pedagógico do curso. Normalmente, o plano de estudos é definido junto com o responsável pelo curso, com detalhada pesquisa de ementas, cargas horárias e créditos da IES de destino, para que possam ser devidamente aproveitadas e/ou inseridas no histórico escolar do estudante, observado o número de créditos/carga horária por semestre.

No caso da Europa, muitas IES brasileiras criaram suas próprias escalas/tabelas de conversão de seus créditos em ECTS. Para quem vai estudar fora da Europa, a conversão é geralmente baseada na carga horária de cada disciplina (1 crédito da IES brasileira corresponde a 15 horas-aula). Mas, em quase todos os casos, a concessão final dos créditos cabe à Coordenação de Graduação dos Departamentos, levando em conta a natureza das disciplinas.

Muitas vezes o aproveitamento de créditos se dá em optativas livres. Em muitas IES brasileiras, a mobilidade internacional tem muitas vezes significado aumento do tempo para a diplomação, com consequências acadêmicas e orçamentárias.



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Sem deixar de garantir a prerrogativa do instituto da autonomia universitária, previsto na Constituição Brasileira de 1988 (artigo 207), deve-se avançar em um maior entendimento da importância da mobilidade e nas formas de reconhecimento dos créditos cursados no exterior, no âmbito do próprio Conselho Nacional de Educação, com indicação de limites para a definição dos créditos e cargas horárias, com formas de registro e acompanhamento do esforço do estudante em aprender - conteúdos e competências -, sem vinculá-los, quase que exclusivamente, à “carga horária”, em termos do tempo de presença física dos estudantes em sala de aula.

Reconhecimento de títulos e diplomas no Brasil

No Brasil, o reconhecimento/ revalidação de títulos e diplomas de graduação obtidos no exterior e/ou expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior só pode realizada por IES brasileira pública. No caso dos cursos de Mestrado e Doutorado, os diplomas também podem ser revalidados por IES privadas. Em ambos os casos, a IES brasileira precisa ministrar curso reconhecido na mesma área de conhecimento ou em área afim ao curso concluído no exterior. Os procedimentos e condições para revalidação são determinados por cada IES.

Diante do cenário de expansão da internacionalização da educação superior e visando agilizar a tramitação dos processos, o Conselho Nacional de Educação recentemente aprovou novas regras que farão com que as IES brasileiras sejam obrigadas a realizar a análise dos pedidos de revalidação de diploma independentemente de haver diferenças curriculares entre o curso no país de formação e no Brasil.

O Ministério da Educação do Brasil, por meio da CAPES e da Secretaria de Educação Superior, deverá criar banco de dados com informações de cursos estrangeiros já revalidados no país, em que o diploma obtido no exterior possa ser revalidado sem necessidade de nova avaliação, não podendo também haver recusa de análise e avaliação por divergência de organização curricular e estabelecendo prazo de até seis meses para que a análise seja realizada por parte da IES brasileira. Sem deixar de observar a autonomia universitária, essa ferramenta prevê um novo ordenamento das IES em relação ao processo de revalidação, dentro do escopo normativo da educação superior brasileira²¹.

Estas medidas visam acelerar os processos de revalidação que têm tido crescente demanda, mas ainda são muito burocratizados, longos e custosos, inclusive para revalidação de títulos de ex-bolsistas financiados pelas agências brasileiras em instituições no exterior, sem, muitas vezes, considerar a pré-avaliação realizada no processo de concessão de bolsas, em termos de instituição e programa de pesquisa em que a titulação ocorreu.

Preocupados em manter a segurança do sistema de revalidação, buscou-se proporcionar maior flexibilidade, reconhecendo os limites da legislação em vigor e acrescentando novas disposições e parâmetros. Reconheceu-se também o risco do país perder profissionais com formação de qualidade e o papel das avaliações de revalidação como instrumentos de intercâmbio curricular, de trocas de modelos, parâmetros e práticas internacionais, de cooperação científica internacional e de aperfeiçoamento de políticas institucionais que atendam ao desenvolvimento do Brasil.

²¹ <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-mudara-sistema-de-revalidacao-de-diplomas-estrangeiros-no-brasil,1650500>



Agentes e ferramentas

Nesta secção vamos analisar sumariamente um conjunto de experiências ligadas ao desenvolvimento de ferramentas relacionadas com a qualidade da mobilidade, modelos organizacionais de apoio e monitoramento da qualidade da mobilidade e de medida do seu impacto, ao nível da experiência individual do estudante e ao nível da internacionalização das instituições.

Ferramentas de qualidade e monitoramento: a experiência europeia

Como vimos acima, a qualidade depende sempre muito do contexto e dos objetivos específicos de cada instituição. Os modelos organizacionais e as ferramentas de melhoria da qualidade da mobilidade deveriam ser adequadas aos diferentes contextos, contudo pensamos que existem elementos gerais (especialmente aqueles relacionados com a melhoria da qualidade da experiência dos estudantes) para os quais deveria ser possível fazer uma avaliação comparativa.

Por essa razão, temos assistido, a nível europeu, a um debate intenso e à partilha de várias experiências no âmbito de redes, projetos e consórcios, relacionados com o desenvolvimento de ferramentas de qualidade e com um monitoramento efetivo. Gostaríamos de referir aqui duas experiências: o EMQT e o Estudo de Impacto do Programa Erasmus.

O EMQT (“Erasmus Mobility Quality Tools” – Ferramentas de Qualidade da Mobilidade Erasmus)²² é um projeto centrado no mapeamento dos modelos organizacionais institucionais e no desenvolvimento de um conjunto de ferramentas de qualidade (“Mobility Quality Toolbox” – Caixa de Ferramentas de Qualidade da Mobilidade), de instrumentos de monitoramento e de indicadores aos quais as instituições podem aceder facilmente. A ideia é que as instituições possam escolher as ferramentas mais adequadas aos seus modelos organizacionais e aos seus objetivos e beneficiar de apoio na reformulação dos seus procedimentos, com base num quadro comum de princípios relacionados com a qualidade da mobilidade no âmbito do programa Erasmus. O projeto EMQT (2009-2011) foi desenvolvido tendo em consideração os resultados de outros projetos e estudos relacionados com o tema da qualidade da mobilidade e da experiência dos estudantes e das instituições, tais como: o ENPMOB – um estudo comparativo da ACA (Associação para a Cooperação Académica) sobre as políticas e práticas europeias e dos Estados-Membros na área da mobilidade académica; o PRIME: um projeto da Associação de Estudantes Erasmus sobre o problema do reconhecimento dos estudos feitos no âmbito do programa de mobilidade Erasmus; o IMPI: um projeto coordenado pela consultora alemã CHE sobre o mapeamento e a caracterização de indicadores de internacionalização; e o MAUNIMO: um projeto liderado pela Associação Europeia de Universidades sobre a gestão da mobilidade nas universidades²³.

A partir dos dados recolhidos pelo projeto EMQT, podemos verificar que as áreas em que as instituições mais investem para melhorar a qualidade da mobilidade, para além da estrutura organizacional, em geral, são:

- Preparação linguística;
- Informação e orientação;
- Desempenho dos estudantes e reconhecimento de estudos;

²² <https://lirias.kuleuven.be/handle/123456789/403903>

²³ ENPMOB: <http://www.aca-secretariat.be/?id=602>; PRIME: <https://esn.org/prime>; IMPI: <http://www.impi-project.eu/>; MAUNIMO: <http://www.maunimo.eu/>.



- Recepção de estudantes internacionais;
- Tutoria online e ferramentas de mobilidade baseadas nas TIC.

O relatório final do projeto EMQT oferece às instituições acesso a um questionário, que lhes permite fazer o mapeamento da organização dos processos de mobilidade, e a uma lista de indicadores de medida da qualidade da mobilidade nas seis áreas/ dimensões acima referidas. Estes instrumentos podem ser utilizados para uma avaliação interna das instituições, mas também para análises comparativas. As instituições têm ainda acesso a um documento de reflexão sobre a qualidade académica no âmbito dos programas de mobilidade, baseado em 85 entrevistas feitas a docentes.

O Estudo de Impacto do Programa Erasmus (2014)²⁴, mais abrangente do que os anteriores e também mais recente, visa medir o impacto qualitativo e quantitativo do programa Erasmus nos indivíduos e nas instituições, e foi elaborado pela CHE Consult, CHE Centrum for Hochschulentwicklung, Brussels Education Services, Grupo Compostela e ESN - International Exchange Erasmus Student Network.

Tal como está referido no seu sumário executivo:

«O Estudo de Impacto do Programa Erasmus analisa os efeitos da mobilidade na empregabilidade e na aquisição de competências dos estudantes e na internacionalização das IES. O Estudo de Impacto do Programa Erasmus tem como objetivo responder a duas questões fulcrais. Em primeiro lugar, o Estudo analisa os efeitos da mobilidade estudantil Erasmus, para estudos e para estágios, no aperfeiçoamento das capacidades individuais dos estudantes, na empregabilidade e no desenvolvimento institucional. Em segundo lugar, são analisados os efeitos do programa Erasmus, para a mobilidade de professores e formação de técnicos, no aperfeiçoamento das capacidades individuais, personalidade e atitudes dos docentes e técnicos, bem como no impacto do programa na internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES). O Estudo utiliza uma metodologia inovadora com recurso a uma ferramenta psicométrica e ao relacionamento de factos, percepções, características da personalidade e atitudes.»

Entre os dados mais relevantes apurados pelo Estudo, destaca-se o desenvolvimento de capacidades transversais e de oportunidades, que contribuem para uma melhor empregabilidade e orientação profissional dos estudantes de mobilidade Erasmus. É demonstrado que, em média, os estudantes Erasmus têm melhores perspectivas de empregabilidade, depois de terem passado um período de tempo no exterior, do que 70% de todos os estudantes. É também referido que os empregadores procuram pessoas com competências transversais, tais como abertura e curiosidade em relação a novos desafios, competências de resolução de problemas e de tomada de decisões, confiança, e tolerância em relação a valores e comportamentos pessoais de outros.

Para além disso, mostra também que a capacidade de empreendedorismo é adquirida ou aperfeiçoada através da mobilidade, uma vez que 1 em cada 10 ex-estudantes de mobilidade, que fizeram um estágio no exterior, criaram a sua própria empresa e que 3 em cada 4 planeiam ou conseguem imaginar-se a planear fazer o mesmo no futuro.

Em relação ao tema da inclusão no programa Erasmus, o Estudo apurou que 46% dos estudantes Erasmus são oriundos de famílias sem formação académica (a mesma proporção encontrada em outros programas de mobilidade) e que 62% dos estudantes que não efetuaram nenhuma mobilidade são igualmente oriundos de famílias sem formação

²⁴ http://ec.europa.eu/education/library/study/2014/erasmus-impact_en.pdf



acadêmica. As maiores barreiras à realização de um período de mobilidade prendem-se com a falta de recursos económicos para suportar os custos adicionais e com as relações pessoais.

A qualidade do apoio à mobilidade: a experiência brasileira

A internacionalização em casa é um tema estratégico para as IES brasileiras pelos benefícios que pode trazer a um número maior de estudantes oriundos de diversos meios. Atualmente, o número médio de estudantes das maiores universidades brasileiras, que vão fazer intercâmbio no exterior, equivale a 3% do total da população estudantil, incluindo bolsistas de graduação do programa CsF. Para proporcionar uma experiência internacional de qualidade aos estudantes, sem que eles saiam para o exterior, as IES brasileiras têm vindo a investir em infraestruturas e atividades para atrair estudantes internacionais e para internacionalizar seus métodos de ensino. O número de estudantes internacionais que faz intercâmbio no Brasil é ainda muito reduzido, mas esta realidade pode ser mudada se forem adotadas as seguintes medidas:

- Oferecer cursos de português;
- Oferecer melhores condições de acolhimento de estudantes internacionais (incluindo alojamento, alimentação, etc.);
- Facilitar a integração dos estudantes na vida do *campus* universitário;
- Facilitar os procedimentos de obtenção de vistos, tanto no Brasil como na Europa;
- Trabalhar junto das empresas (nas áreas de produção, transferência de tecnologia, inovação, formação).

No Brasil, mais trabalho tem que ser desenvolvido em relação à utilização de instrumentos de transparência e de reconhecimento dos estudos e qualificações obtidas no exterior. É também necessário promover um melhor entendimento sobre a importância e o próprio conceito de qualidade da mobilidade.

De forma geral, o país precisa de uma maior consciencialização sobre a importância da mobilidade e do seu papel na definição das políticas e estratégias de internacionalização da educação superior brasileira. Isso pode ser observado na falta de metas, de ferramentas e instrumentos, de regras mais claras sobre os papéis das IES, enquanto instituições de origem e de acolhimento, de serviços de apoio adequados, e no nível reduzido de profissionalização de gestores de programas de mobilidade estudantil.

Dentro das IES brasileiras deveria haver um trabalho de sensibilização dos docentes e dos técnicos para a relevância política e institucional de garantir a qualidade da mobilidade. Isso passaria por abordar questões como a escolha dos parceiros, o reconhecimento dos estudos, títulos e diplomas, a produção de informação sobre as oportunidades de mobilidade, a orientação dos estudantes para o intercâmbio, nomeadamente na escolha das disciplinas, no apoio logístico e na preparação linguística (incluindo português, no caso dos estrangeiros). As questões relacionadas com a isenção ou redução de taxas académicas nas IES privadas e a existência de indicadores quantitativos e qualitativos de avaliação e de monitoramento são igualmente cruciais.

A qualidade da mobilidade também enfrenta problemas de gestão dentro das IES provocados por tensões e dificuldades relacionadas com a centralização e a descentralização dos serviços académicos e administrativos envolvidos na operacionalização da mobilidade estudantil.

Estudos e avaliação de impactos



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

Um programa com as dimensões e repercussões do CsF necessita de avaliações amplas de seus impactos e resultados, inclusive para indicações de ajustes e aprimoramento. Para além de avaliações quantitativas, em termos de repartição de bolsas por modalidade, país de destino e universidade de origem, estudos mais qualitativos da primeira etapa de implantação do CsF ainda não foram feitos, à luz dos objetivos pretendidos e dos resultados alcançados.

A avaliação deveria também poder medir os efeitos do CsF nas IES brasileiras, em termos de impactos nos processos de internacionalização: transferência de créditos/aproveitamento de estudos, integração e flexibilidade curricular, maior preocupação com a formação do estudante (e não apenas com o cumprimento de cargas horárias e “grades” curriculares), facilitação de contatos e cooperações com IES do exterior, melhoria da qualidade do ensino, criação/fortalecimento de assessorias internacionais nas IES brasileiras, etc.

Refira-se, a título de exemplo, algumas reuniões e seminários sobre a avaliação do programa CsF, que decorreram no Brasil, como por exemplo: a 67.^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que decorreu em São Carlos em julho de 2015, onde a CAPES e o CNPq fizeram uma avaliação preliminar do programa Ciência sem Fronteiras²⁵ e o seminário “European Experiences and Planning for Evaluation of the Science without Borders”, patrocinado pela CAPES, em agosto de 2015, com a presença do consultor alemão Uwe Brandenburg, diretor da organização CHE Consulting, que efetuou, em 2014, o estudo e a avaliação do impacto do programa Erasmus nos estudantes de mobilidade²⁶.

Refira-se ainda o inquérito²⁷ lançado pelo projeto ALISIOS em setembro de 2015 relativo à implementação do programa CsF nas IES brasileiras com o intuito de recolher o ponto de vista das instituições acerca do impacto do programa no desempenho acadêmico dos estudantes e no desenvolvimento da internacionalização das instituições. O inquérito visa também congrega um conjunto de sugestões para a melhorar o programa que serão apresentadas aos responsáveis governamentais pelo programa no Brasil. Este é o primeiro inquérito externo realizado junto das instituições brasileiras. Os resultados deverão estar disponíveis em novembro de 2015.

Superação de obstáculos

A identificação e a superação dos obstáculos que entravam a mobilidade sempre foi um grande desafio para os sistemas e instituições nacionais e internacionais. Nesta secção iremos centrar-nos, a partir do ponto de vista do Brasil, na importância de se desenvolver uma cultura de promoção da mobilidade, de se criar infraestruturas sustentáveis e de se dotar os docentes e técnicos de competências específicas. O preenchimento das lacunas entre o diálogo político e as práticas institucionais, com vista a melhorar a qualidade da mobilidade entre o Brasil e a Europa, irá exigir um conhecimento mais aprofundado dos seus sistemas e culturas e dos desenvolvimentos mais recentes nessa área ocorridos nas duas regiões. Serão também necessários fóruns de discussão, formação e intercâmbio, por forma a criar uma plataforma de entendimento comum e de partilha de objetivos, ferramentas, estratégias e boas práticas.

Os esforços para internacionalizar as universidades entram frequentemente em conflito com os sistemas institucionais vigentes e essa realidade está sendo observada tanto no Brasil como na Europa.

²⁵ http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/views/-/journal_content/56_INSTANCE_VF2v/214072/5100172

²⁶ http://ec.europa.eu/education/library/study/2014/erasmus-impact_en.pdf

²⁷ <https://surveys.uc.pt/index.php/survey/index>



Verificamos que os obstáculos são considerados principalmente institucionais, no sentido em que resultaram de estratégias políticas, da cultura e da prática dos indivíduos da instituição, nomeadamente docentes e técnicos avessos à internacionalização, especialmente, dos estudos de graduação. O sistema burocrático no setor público no Brasil também é, de forma geral, uma barreira institucional difícil de ultrapassar, que deveria ser discutido e tornado mais flexível.

Os principais obstáculos que entram a qualidade da mobilidade no Brasil têm a sua origem na ausência de regulamentos que uniformizem procedimentos a nível nacional. Não nos esqueçamos que no Brasil ainda não existe uma política nacional de internacionalização. O programa Ciência sem Fronteiras foi o ponto de partida para a massificação da mobilidade no nível de graduação e as IES brasileiras, através de associações como a FAUBAI (Associação Brasileira de Educação Internacional), estão em constante diálogo com as agências federais e o Ministério da Educação, com vista ao desenvolvimento de planos para o desenho de uma estratégia política nacional de internacionalização que seja sustentável. Sabemos que existem lacunas ao nível de conhecimentos técnicos, falta de experiência e de interesse, que constituem barreiras ao desenvolvimento de uma estratégia de internacionalização no Brasil. Por isso, a profissionalização dos docentes e dos técnicos envolvidos em atividades internacionais é crucial em todo esse processo. A mobilidade de técnicos nas IES brasileiras é muito recente mas é atualmente vista como estratégica no sentido em que abre os horizontes das assessorias de relações internacionais.

É importante referir também a gestão ineficaz das assessorias de relações internacionais que sofrem com a elevada taxa de rotatividade do seu pessoal técnico devido a alterações administrativas (em particular no setor público) que limitam a acumulação de talento e de experiência dos funcionários, e a própria sustentabilidade das estratégias e da visibilidade internacionais das instituições. A falta de recursos humanos experientes para assegurar uma liderança hierárquica das assessorias de relações internacionais e para assumirem a gestão da mobilidade estudantil e dos processos de internacionalização das instituições são obstáculos complexos que urge ultrapassar. Mencione-se ainda os obstáculos relacionados com a falta de proficiência em língua inglesa, problemas financeiros e desconhecimento dos diferentes sistemas de educação superior internacionais.

No Brasil, a complexidade da internacionalização ainda é subestimada, em grande medida, e o desenvolvimento de estratégias institucionais com essa componente ainda é muito recente. É fundamental aperfeiçoar a avaliação dos resultados de aprendizagem dos estudantes brasileiros que estudaram no exterior, através de um sistema que meça corretamente o impacto desses resultados no indivíduo, na instituição, na região e no país.

As IES brasileiras têm feito esforços para melhorar ou criar serviços especialmente dedicados à internacionalização, com técnicos especializados e membros do corpo docente empenhados na orientação dos alunos que vão estudar no exterior. No que diz respeito à qualidade da mobilidade de estudantes internacionais nas IES brasileiras, recomenda-se a promoção de um entendimento intercultural, através da organização de atividades conjuntas entre a comunidade local e os estudantes internacionais, no formato de semanas internacionais ou outras, com vista a uma melhor integração destes estudantes e à preparação dos estudantes brasileiros para uma experiência de intercâmbio bem sucedida.

O aperfeiçoamento linguístico dos estudantes brasileiros (em idiomas estrangeiros) e dos estudantes internacionais (em língua portuguesa) é certamente um desafio, mas consta também das recomendações associadas à promoção de uma mobilidade de qualidade. O aspeto da socialização, para além do desempenho académico, também deveria ser reforçado, através do incentivo dos estudantes à participação em grupos, clubes ou atividades comunitárias.

O envolvimento dos docentes como tutores ou conselheiros no âmbito de programas de intercâmbio no exterior é altamente recomendado como medida de promoção da internacionalização. Eles deveriam ser estimulados a ter mais abertura para esse processo e a beneficiar dele, através de apoios financeiros ou administrativos, ou de outros incentivos, que lhes permitissem envolver-se em atividades internacionais de cariz intercultural e acadêmico juntamente com os estudantes.



DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 3

SETEMBRO DE 2015

O papel da FAUBAI

A FAUBAI (Associação Brasileira de Educação Internacional), fundada em 1988, é uma associação sem fins lucrativos que congrega 240 membros de assessorias de relações internacionais das IES públicas e privadas mais importantes do Brasil. Promove o desenvolvimento do processo de internacionalização das IES brasileiras, divulga a diversidade e o potencial das IES brasileiras no exterior, estimula o desenvolvimento e a formação profissional dos seus membros e partilha boas práticas de internacionalização, em particular as relacionadas com a mobilidade de estudantes. A FAUBAI é um fórum privilegiado de diálogo com o governo brasileiro e com os mais importantes agentes e protagonistas da educação internacional a nível mundial. A associação tem desempenhado um papel crucial na implementação do programa Ciência sem Fronteiras ao debater problemas e soluções com as agências federais brasileiras CAPES e CNPq, com representantes dos países de destino dos bolsistas e com as IES brasileiras.

Recentemente, a FAUBAI decidiu criar grupos de trabalho centrados na mobilidade, legislação e indicadores de avaliação. O Grupo de Trabalho para a Mobilidade irá ocupar-se das diferentes dimensões das questões de natureza académica, com enfoque no desempenho académico/ aproveitamento de créditos, duplas titulações, intercâmbio de estudantes internacionais e oportunidades de estágio e pesquisa no Brasil.

Ainda existem muitos entraves ao desenvolvimento destes esforços, mas encaramos o futuro com otimismo e vontade de trabalhar para criar parcerias, infraestruturas e ferramentas para promover uma internacionalização de qualidade. Mas, em primeiro lugar, pensamos que é absolutamente vital que a situação atual seja avaliada e que se planeie estrategicamente a futura direção da internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras, por forma a garantir a qualidade de todo o processo.

QUALIDADE DA MOBILIDADE
NA EUROPA E NO BRASIL:
POLÍTICAS E PRÁTICAS

O que é o projeto ALISIOS?

ALISIOS significa “Academic Links and Strategies for the Internationalisation of the HE Sector”. É um projeto europeu Erasmus Mundus Ação 3 promovido por oito organizações da Europa e do Brasil ativamente envolvidas na internacionalização acadêmica e com larga experiência em gestão de programas de mobilidade, desenvolvimento de estratégias institucionais e políticas de ensino superior.

As publicações do projeto ALISIOS estão disponíveis gratuitamente em www.alisios-project.eu.



Contactos

Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo - Largo D. Dinis
3001-401 Coimbra - PORTUGAL

Telefone: +351.239857003
E-mail: alisios@uc.pt
Website: www.alisios-project.eu

